
INSTRUÇÃO NORMATIVA SED Nº 002/2021

Dispõe sobre o período de solicitação de transferência temporária dos servidores efetivos que atuam na Rede Municipal de Ensino de Balneário Camboriú e dá outras providências.

A Diretora Geral do Colegiado no uso de suas atribuições visando otimizar o andamento das Unidades Escolares, durante o ano letivo:

RESOLVE:

Normatizar o período de solicitação de transferência temporária dos servidores municipais efetivos que atuam sob a gerência da Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 1º – Assegurar o período de solicitação de transferência temporária dos servidores municipais efetivos da Secretaria Municipal de Educação para o ano letivo de 2021.

Artigo 2º – Fica estabelecido que o pedido de transferência temporária deverá ser protocolado no **Sistema 1 DOC (Protocolo)**, com o seguinte assunto:

Assunto: SED – DIGP – Transferência Temporária

Para: SED – DIGP – TT – Transf. Temp. Agente de Alimentação/Agente de Serviços Gerais/Readaptados

SED – DIGP – TT – Transf. Temp. Ensino Fundamental/Especialistas em Educação/Readaptados

SED – DIGP – TT – Transf. Temp. Educação Infantil/Especialistas em Educação/Readaptados

OBS.: Favor mencionar no texto 03 (três) opções de Unidade de Ensino, carga horária e turno.

Artigo 3º – Os pedidos deferidos de transferência temporária terão validade até o encerramento do ano letivo de 2021, não podendo o servidor fazer o retorno à sua Unidade de Ensino de origem neste período, a não ser por motivo de força maior e levando em conta para a sua concessão o serviço e o interesse público.

Artigo 4º – Serão adotados os seguintes critérios (Lei Complementar nº 12/2015 – Art. 61):

- I – Maior tempo consecutivo e efetivo na Unidade de Ensino;
- II – Maior tempo de serviço na Unidade de Ensino;
- III – Maior tempo de serviço público no Magistério Municipal (Portaria);
- IV – Maior idade.

Artigo 5º – Fica os mesmos condicionados ao seguinte cronograma:

PERÍODO DE SOLICITAÇÃO	
De 11 a 13 de janeiro de 2021	


Artigo 6º – Os pedidos solicitados fora da data não serão analisados, ou seja, serão considerados como intempestivos.

Artigo 7º – Compete a cada servidor verificar o resultado do seu protocolo através do **Sistema 1 DOC**.

Artigo 8º – A carta de apresentação será encaminhada para o local de trabalho após o resultado do pedido de transferência temporária solicitado pelo servidor.

Artigo 9º – Os casos omissos desta Normativa serão resolvidos pela Secretaria de Educação.

Balneário Camboriú, 08 de janeiro de 2021.


MARILENE ROSANA SEVERINO CARDOSO
Diretora Geral do Colegiado
Secretaria de Educação
Portaria nº 27.521/2020
Matricula nº 12236